



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Barros, José D'Assunção

Fontes históricas : introdução aos seus usos
historiográficos / José D'Assunção Barros. –
Petrópolis, RJ : Vozes, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-326-6030-5

1. História – Fontes 2. Historiografia 3. Pesquisa
I. Título.

18-23082

CDD-907.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Fontes históricas 907.2

Maria Paula C. Riyuzo – Bibliotecária – CRB-8/7639

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

FONTES HISTÓRICAS

Introdução aos seus
usos historiográficos

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

duas partes deste livro que realizam, respectivamente, um voo mais panorâmico sobre o universo de possibilidades que é disponibilizado aos historiadores pelos diferentes tipos de fontes históricas e, por fim, o mergulho mais aprofundado em duas ordens mais específicas de fontes históricas, com tudo o que elas implicam. Dito isso, passemos à primeira tarefa, que é a de discutir a própria definição de “fonte histórica”.

1

Fonte histórica/Documento histórico

1.1 Definição de fonte histórica

“Fonte histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todas essas situações, e em muitas outras, homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural.

Esse imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais complexos – constitui o universo de possibilidades de onde os historiadores irão constituir suas fontes históricas. Também é verdade que os grandes processos naturais e planetários, mesmo sem a interferência originária do homem (mas incidindo sobre este), podem produzir vestígios que oportunamente poderão conformar fontes históricas¹. Por ora, todavia, vamos nos ater mais especificamente às fontes históricas produzidas diretamente pela ação e pela existência humanas.

1. Nessa mesma direção, ao exemplificar uma gama de possibilidades que vai dos tradicionais textos às fontes naturais e aos indícios de toda ordem, Lucien Febvre já dizia em um dos ensaios de *Combates pela História*: “A história se faz com documentos escritos, quando existem. Mas ela pode e deve

No sentido que indicamos no parágrafo anterior, são fontes históricas tanto os já tradicionais *documentos textuais* (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador. Incluem-se como possibilidades documentais (ou, mais precisamente, no âmbito do que chamamos de “fontes históricas”) desde os *vestígios arqueológicos* e outras fontes de *cultura material* – a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana – até *representações pictóricas*, entre outras fontes imagéticas, e as chamadas fontes da *história oral* (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador)². De igual maneira, as investigações sobre o genoma humano fizeram do corpo e da própria genética uma fonte histórica igualmente útil e confiável, que inclusive permitiu que os historiadores passassem a ter acesso aos primórdios da aventura humana sobre a Terra, forçando a que se problematizasse aquele antigo conceito de “pré-história” que antes sinalizava toda uma região da realidade um dia vivida que parecia até então interdita ao ofício dos historiadores.

Podemos lembrar ainda que, a partir do século XX, quando a Geografia e a História passaram a atuar mais interdisciplinarmente, mesmo uma paisagem natural passou a ser encarada como uma possibilidade documental³. O mesmo se pode dizer das relações entre a História e a Linguística, que trouxeram os próprios fatos da língua para o campo das evidências históricas, e algo análogo ocorre com as perspectivas que se produziram na confluência entre História e Antropologia,

ser feita com toda a engenhosidade do historiador... Com palavras e sinais. Paisagens e telhas. Formas de campos e ervas daninhas. Eclipses lunares e cordas de atrelagem. Análises de pedras pelos geólogos e de espadas de metal pelos químicos. Em uma palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (1989, p. 249).

2. Devemos distinguir as fontes oriundas da tradição oral – aquelas que já fazem parte da tradição através do circuito da oralidade, tais como os provérbios, ditos populares, mitos, cantigas de roda ou de trabalho, ou seja, as fontes folclóricas de maneira geral – das fontes relacionadas à história oral, que correspondem aos depoimentos provocados pelos historiadores através de entrevistas e de uma metodologia específica.

3. Sobre este tema, cf. BARROS, 2017.

as quais permitem que se abordem como fontes históricas as evidências e heranças imateriais, já sem nenhum suporte físico e concreto, tais como as festas dramáticas populares e os ritos religiosos que se deslocam e se perpetuam tradicionalmente na realidade social, ou ainda como os sistemas integrados e reconhecíveis de práticas e representações, os gestos e modos de sociabilidade, os bens relacionáveis ao chamado “patrimônio imaterial” (modos de fazer algo, receitas alimentares, provérbios e ditos populares, anedotários, apenas para citar exemplos).

As fontes históricas, enfim, não precisam ser – não necessariamente – materiais no sentido tradicional desta palavra. Nos dias de hoje, inclusive, começa a se abrir para o tratamento historiográfico um enorme universo virtual produzido pelos ambientes da Internet. Esses registros virtuais, que serão cada vez mais analisados pelos futuros historiadores como objeto de estudo e abordados como fontes históricas para a investigação sobre temáticas diversas, devem ser vistos como possuidores da mesma qualidade de fontes históricas que os tradicionais documentos registrados no suporte-papel.

É certo que precisou haver um longo e complexo desenvolvimento historiográfico até que se chegasse ao momento em que, para além dos documentos e fontes concretizadas em papel ou qualquer outro material, fossem também admitidas as “fontes imateriais” como campos de evidências das quais poderia o historiador se valer. De todo modo, pode-se dizer que, na atualidade, não há praticamente limites para um historiador quanto às suas possibilidades de transformar qualquer coisa em fonte histórica. Um repertório de gestos, por exemplo, pode ser revelador de permanências do passado. Lembremos o hábito de cumprimentar tirando o chapéu, que provém do repertório de atitudes medievais: quando um cavaleiro cumprimentava o outro, tirava o elmo em sinal de que suas intenções eram pacíficas (sem o elmo, peça bélica defensiva, ele manifestava algo como uma proposta de desarmamento). Foram-se as batalhas e os elmos, e veio a galante sociedade oitocentista dos chapéus burgueses. O gesto, contudo, manteve-se incrustado no repertório de atitudes, e mesmo com os chapéus em desuso ainda permanece nos dias de hoje como um movimento que toca a testa como que para tirar o “elmo imaginário”. É assim que, em certos hábitos enraizados, expressos na vida cotidiana e na prática comportamental – também aí poderemos ir buscar uma fonte, uma evidência ou um testemunho do passado.

1.2 Um vocabulário em disputa – Fontes ou documentos?

Antes de prosseguir, quero esclarecer alguns dos termos que estamos utilizando neste livro. Falei atrás, em alguns momentos, em “fontes históricas” e em “documentos históricos”. Essas palavras costumam ser empregadas, nos meios historiográficos, como sinônimos. São “fontes” ou “documentos” históricos tanto os textos escritos de todos os tipos como também o são as fotografias, os objetos de cultura material ou quaisquer outros conteúdos e materiais que os historiadores utilizem como vestígios para apreender a história um dia vivida e para, concomitantemente, escreverem a História no outro sentido, o de produto de um campo de saber⁴.

O que ocorre é que a expressão “documento histórico” era muito empregada desde o século XIX, quando os historiadores utilizavam como fontes de informação e como caminhos de análise, de modo muito mais preponderante, alguns tipos de textos como aqueles produzidos pelas instituições, pelos organismos do Estado e dos poderes constituídos, ou, ainda, como as crônicas de época oficiais patrocinadas por esses mesmos poderes, entre outras possibilidades. Essa escolha de fontes era essencialmente orientada por um modelo específico de História Política que perdurou amplamente no primeiro século da historiografia científica. Por causa do amplo predomínio da produção textual no universo que os historiadores tomavam como seu conjunto de fontes históricas – e também por causa da enfática ideia de *prova* que esses textos assumiam no trabalho dos historiadores –, a designação “documento histórico” surgiu como uma tendência no vocabulário historiográfico, o que inclusive parecia aproximar do trabalho dos juristas o tipo de trabalho que os historiadores desenvolviam. A palavra *documento* é ela mesma resíduo de um tipo de História que se fazia em um período anterior.

A prática historiográfica foi mudando bastante ao adentrar novas possibilidades teóricas e metodológicas, da mesma forma que o universo de fontes possíveis aos historiadores, conforme veremos neste livro, foi se expandindo para muito além do tipo de textos que os historiadores utilizavam até o século XIX.

4. Neste livro, grafaremos com letra inicial minúscula a palavra “história” sempre que estivermos nos referindo aos acontecimentos e processos que ocorreram na realidade vivida; e grafaremos com letra inicial maiúscula a palavra “História” sempre que esta estiver se referindo ao texto e à pesquisa elaborados pelos historiadores. História, com “H” maiúsculo, enfim, será o nome de um campo de saber que estuda a “história” (campo de acontecimentos).

Expandiu-se, inclusive, para além das possibilidades meramente textuais, como já ressaltado. Por causa disso, a palavra “documento”, que estava já bastante incorporada ao *metier* do historiador, foi também expandindo seus sentidos possíveis. Começou-se a se entender que tanto um texto (um documento estatal ou uma receita de bolo) como um objeto material (uma cadeira, por exemplo), ou ainda uma foto ou uma canção, são todos “documentos” neste sentido ampliado.

Essa extraordinária expansão do universo das fontes históricas, que abordaremos no momento oportuno, assim como a concomitante flexibilização de sentidos a partir daí proporcionada pela palavra “documento”, favoreceram o surgimento de outra palavra muito evocada nos dias de hoje para os mesmos conteúdos, materiais, vestígios e indícios que os historiadores tinham passado a chamar de “documentos históricos”. “Fonte” (ou “fonte histórica”) é esse termo mais fluido que passou a ser empregado alternativamente à palavra “documento”.

Pessoalmente, acredito que essa nova expressão tenda a substituir mais amplamente, no futuro próximo, o uso da expressão “documento histórico”, uma vez que esta última apresenta uma origem mais restrita e mais bem acomodada aos tipos de textos – frequentemente documentos escritos demarcados pelas instituições oficiais e encontráveis nos arquivos – com os quais os historiadores costumavam trabalhar mais no século retrasado em sua cuidadosa e obstinada busca por informações. De todo modo, pode-se dizer que nos dias de hoje “fontes históricas” e “documentos históricos” (neste último caso considerando a palavra com seu sentido estendido) são expressões praticamente sinônimas no âmbito mais específico da historiografia. Neste livro, utilizaremos alternadamente uma ou outra dessas expressões, entre outras que aparecerão mais eventualmente, porém basicamente estaremos nos referindo em um caso e outro à mesma coisa.

Por fim, resta salientar que são ainda comuns, nos atuais meios historiográficos, outras expressões como “vestígios” e “registros históricos”. Este último termo tem como vantagem a referência ao aspecto informacional de diversas das fontes históricas; e como desvantagem o fato de que deixa de fora o aspecto não voluntário de outros tipos de fontes. Já a expressão “vestígios” – uma palavra que parece aproximar da historiografia a investigação criminal ou a prática arqueológica – é bastante adequada para lançar luz sobre o fato de que muitas fontes são efetivamente produtos ou resíduos de sociedades e processos que já desapareceram ou

findaram; mas deixa-se de iluminar o fato de que outro enorme setor de fontes históricas possíveis é constituído por textos e objetos que ainda estão em uso e se beneficiam de releituras ou reapropriações nas sociedades contemporâneas⁵.

1.3 Variados tipos de fontes – A conquista da diversidade

Desde já, é oportuno ressaltar que a ampliação documental – ou a crescente multidiversificação das fontes históricas – foi uma conquista gradual dos historiadores. Verificou-se, mais intensamente, à medida que a historiografia expandia seus limites no decurso do século XX⁶. O historiador moderno, contribuindo para uma incessante renovação de seu próprio saber, adotaria no mundo contemporâneo novas perspectivas, passaria a dispor de novos métodos e a contar com o diálogo e intercurso de outras disciplinas como a Geografia, a Linguística e a Psicologia – apenas para mencionar três campos relacionados aos exemplos antes expostos: a paisagem, a palavra e o gesto. Tudo isso e mais o interesse por novos objetos, até então negligenciados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea se encaminhasse para necessitar cada vez mais de outros tipos de fontes que não só as tradicionais crônicas e os habituais registros arquivísticos.

Assim, se os arquivos oficiais continuam a ser fundamentais para o trabalho dos historiadores, estão longe de serem suficientes para fornecerem tudo o que eles necessitam para seu trabalho. Na verdade, a questão de pesquisar ou não em fontes de arquivos tem muito mais a ver com o objeto específico ou com os problemas históricos que estão sendo examinados do que com qualquer outra coisa⁷. Por isso, conforme já ressaltei anteriormente, esse aspecto está ligado à

5. Por fim, é bom lembrar que, até o século XIX, também a palavra “monumento” foi muito empregada com o sentido historiográfico de “documento” (LE GÖFF, 1990, p. 487).

6. A expressão “historiografia” significa o mesmo que a História escrita pelos historiadores, e equivale ao conjunto dos trabalhos e práticas realizados por estes. Em outro sentido, pode ser compreendida como a História científica, considerando que a reflexão e a narrativa sobre o que se passou na história vivida eram já uma prática que remetia aos primórdios das civilizações, mas que a História pensada como ciência tem sua fundação mais específica na transição do século XVIII ao século XIX.

7. É fundamental se ter em vista que, acompanhando uma reflexão importante de François Furet (1927-1997), “de uma maneira geral, os arquivos europeus foram constituídos e classificados no século XIX segundo procedimentos e critérios que refletem as preocupações ideológicas e metodológicas da história daquela época: predominância dos valores nacionais e, em consequência, prioridade dada às fontes político-administrativas” (FURET, 1982, p. 53).

gradual imposição da expressão fonte histórica em detrimento da antiga ideia de “documento histórico” – expressão mais afinada com a historiografia do século XIX por estar muito relacionada tanto aos arquivos que na época começaram a ser organizados mais sistematicamente, como também à maneira como se concebia a História naquele momento.

De fato, quando lançamos um olhar mais longo sobre a historiografia predominante no século XIX, podemos notar que se esperava essencialmente, naquela primeira fase da historiografia científica, que o historiador documentasse – ou mesmo comprovasse no sentido mais especificamente jurídico – as afirmações que fizesse no decorrer de sua narrativa histórica. A ideia de que o historiador deve “provar” tudo o que diz, muito referencial no imaginário historiográfico da época, seria depois substituída pela ideia mais corrente de que o historiador deve “demonstrar” tudo o que afirma – uma diferença sutil mas significativa para as novas posturas historiográficas⁸.

Acrescento – ao que já foi discutido até aqui sobre a tendência cada vez mais saliente de domínio da expressão “fonte histórica” – o fato de que o historiador de hoje não costuma mais esperar, dos materiais e evidências que lhes chegam do passado, apenas ou necessariamente uma “prova”, encarando também as fontes como discursos a serem analisados ou como redes de práticas e representações a serem compreendidas. A História – na mesma medida em que deixou de ser limitadamente factual em favor de uma nova historiografia principalmente interpretativa – não se interessa tão somente em oferecer informações, descrever acontecimentos ou encadear eventos, mas também, e principalmente, em elaborar interpretações demonstráveis e bem fundamentadas sobre os processos históricos, em propor hipóteses, em promover análises, em problematizar.

1.4 Onde começa a História – No problema, ou na fonte?

Este passo nos leva a uma questão crucial. Um famoso dito proferido pelo historiador francês Charles Seignobos (1854-1942) costumava resumir a preocupação

8. A mesma diferença está presente quando se diz que pretendemos “comprovar uma hipótese”, postura mais comum nas ciências exatas, ou quando nos propomos a “demonstrar uma hipótese”, disposição típica das ciências humanas. Sobre isso, cf. BARROS, 2011a.

dominante da velha historiografia: “Sem documentos, não há História”. Seu conterrâneo Lucien Febvre (1858-1956), já um historiador de novo tipo e pertencente a uma nova geração historiográfica, confrontou esse dito com outro igualmente importante: “Sem problema, não há História”. Esta nova e emblemática sentença foi muito representativa no alvorecer de uma nova historiografia.

Venerar o documento como o princípio essencial e único da operação historiográfica, tal como pareciam propor alguns historiadores tradicionais como Seignobos e Langlois, podia trazer a reboque a ideia incorreta de que os documentos já estão prontos, à espera do historiador, e de que os mesmos conteriam informações imobilizadas, prontas para serem extraídas da documentação à maneira da pérola que se obtém da ostra¹⁰. Ao contrário, ao situar o problema como o princípio de tudo, Lucien Febvre chama atenção para o fato de que a própria documentação é delimitada ou constituída pelo historiador a partir do problema histórico que ele tem em vista, e no próprio ato da operação historiográfica. Além disso, o que se pode buscar nesse ou naquele documento histórico também dependeria essencialmente do problema. Sem reduzir-lhe a importância, essa dessacralização do documento – e, sobretudo, do chamado “documento de arquivo” – foi decerto muito importante em seu tempo¹¹.

No seio de uma nova história-problema, hoje já francamente estabelecida, as fontes históricas assumem novos papéis para além da mera disponibilização e

comprovação de conteúdo informativo. As fontes não seriam meros registros repletos de informações a serem capturadas pelos historiadores, mas também diversificados discursos a serem decifrados, compreendidos, interpretados. Não mais seriam apenas uma solução para o problema, mas parte do próprio problema. Nas fontes, espelhos de dupla face, poderíamos ver o passado, mas também a nós mesmos. Não mais um solene ponto de partida ou de chegada – o *big-bang* místico a partir do qual é gerada a operação historiográfica, ou o Santo Graal finalmente encontrado depois de obstinadas aventuras. As fontes seriam, sim, um lugar movente no qual o historiador interage com as ressonâncias deixadas pelas sociedades e processos que decidiu examinar. Nesse sentido, as fontes são como que pontos de encontro, portais através dos quais se tocam duas épocas. Elas são o “passado-presente”, para aqui empregar uma feliz expressão cunhada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006).

Por tudo isso quero propor um pequeno ajuste, um novo dito que permitirá reunir os dois anteriores: “Sem o encontro entre um problema e suas fontes possíveis não há História”. Para construir História não basta uma ideia na cabeça, ou tampouco ter uma fonte nas mãos. Essas duas condições são necessárias; mas, isoladas, são insuficientes. Para se fazer História adequadamente, e dentro do que se espera de uma historiografia científica, o que se precisa é assegurar uma espécie de entrelaçamento entre essas duas instâncias. É desse encontro entre o Problema e a Fonte, envolvido pela vontade de fazer a História, que tudo começa.

Atingimos, aqui, o mais íntimo âmago da palavra “fonte”. Podemos finalmente compreender por que ela é a expressão ideal que se apresenta para se referir, de maneira adequada, ao extremamente vasto conjunto de documentos, vestígios e ressonâncias que, aos historiadores, oferecem-se para a percepção da passagem da vida humana pelo espaço-tempo e para a compreensão dos processos históricos por ela gerados. “Fonte”! Fascinante palavra que tanto remete ao *fluir* (“as fontes dos rios”) como à ideia de *princípio* (“fonte da vida”, “fonte de energia”, “fonte da informação”). Para os historiadores, de fato, as fontes podem e devem ser duplamente associadas à *fluência* e ao *princípio*. Sim, as fontes constituem de alguma maneira um dos princípios da História, que sem elas não seria possível; mas elas também são intrinsecamente o que assegura o próprio *fluir* do discurso do historiador – um tipo de texto no qual tudo almeja ser demonstrado passo a passo, revivido quando possível, imaginado quando necessário, problematizado sempre.

9. “Nada supre [a ausência] de documentos; onde não há documentos, não há história” (SEIGNOBOS & LANGLOIS, 1946, p. 15) [original: 1897].

10. Outro exemplo de historiador que parece ter deixado escapar essa antiga concepção sobre o documento histórico, talvez já tardiamente, foi Louis Halphen (1880-1950), autor de um manual que tanto foi criticado por Lucien Febvre como por Fernand Braudel. Nesse velho manual podemos ler a certa altura as seguintes palavras: “Basta deixar-se de algum modo levar pelos documentos, lidos um após o outro, tal como se nos oferecem, para ver a corrente dos fatos se reconstituir quase automaticamente” (HALPHEN, 1946, p. 50). Este trecho do manual de Louis Halphen foi mordazmente criticado por Lucien Febvre em uma resenha incorporada à coletânea *Combates pela História* (1953). Posteriormente, seria mais uma vez criticado por Fernand Braudel em seu artigo “A longa duração”, publicado na Revista dos *Annales* em 1958. O artigo está incluído na coletânea *Escritos sobre a História* (BRAUDEL, 1978b, p. 46).

11. Mais tarde, autores como Michel de Certeau (“A operação historiográfica”, 1974) e Jacques Le Goff (“Documento/Monumento”, 1984) também chamariam atenção para a necessidade de se compreender que a constituição de certos textos em documentos, e sua guarda em arquivos construídos para este fim, configuram escolhas políticas de uma sociedade que devem ser bem compreendidas pelos historiadores para não se situarem de maneira ingênua diante da documentação. Assim, para Jacques Le Goff seria preciso compreender o próprio documento como “monumento”, como “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder” (1990, p. 536).

Um tipo de texto simultaneamente científico e artístico no qual se assegura ao leitor a possibilidade singular de transitar entre duas ou mais épocas distintas: a do próprio historiador, de onde surgem os problemas demandados pelo seu próprio tempo, e aquelas épocas que já desapareceram, ao deixarem uma infinidade de vestígios¹². No fluir das fontes, a História encontra a própria história.

12. Este ponto é importante. Se o leitor do livro de História pertence à mesma época do historiador que o escreveu, estará circulando entre seu próprio Presente – o nível de análise do historiador – e a época na qual se inscreve o objeto histórico examinado. Entrementes, quando lemos um livro de História escrito em uma época anterior à nossa – por exemplo, a *História da Revolução Francesa* escrita por Jules Michelet entre 1847 e 1853 –, temos a oportunidade de circular entre duas épocas que não são as nossas. O próprio historiador-autor, neste caso, pode se tornar um objeto de análise para o leitor, dele mais distanciado.